



**INSTITUTO LATINO-
AMERICANO DE CIÊNCIAS DA
VIDA E DA NATUREZA
(ILACVN)**

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO
EM GESTÃO EM SAÚDE**

**DESAFIOS DA SAÚDE MENTAL INFANTOJUVENIL NO BRASIL:
UMA REVISÃO DE LITERATURA**

CAMILA VIVIANE LUI DE SOUSA

Foz do Iguaçu
2023



INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIAS DA VIDA E DA NATUREZA (ILACVN)

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EM SAÚDE

**DESAFIOS DA SAÚDE MENTAL INFANTOJUVENIL NO BRASIL:
UMA REVISÃO DE LITERATURA**

CAMILA VIVIANE LUI DE SOUSA

Artigo apresentado à Universidade Federal da Integração Latino-Americana como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão em Saúde.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Aparecida Zotovici

Foz do Iguaçu
2023

CAMILA VIVIANE LUI DE SOUSA

**DESAFIOS DA SAÚDE MENTAL INFANTOJUVENIL NO BRASIL:
UMA REVISÃO DE LITERATURA**

Artigo apresentado à Universidade Federal da Integração Latino-Americana como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão em Saúde.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Aparecida Zotovici
UNILA

Prof. Dr. Eric Gustavo Cardin
UNIOESTE

Prof. Dr. Anaxuell Fernando da Silva
UNILA

Foz do Iguaçu, 8 de julho de 2023.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo da autora: CAMILA VIVIANE LUI DE SOUSA

Curso: Especialização em Gestão em Saúde

	Tipo de Documento
(.....) graduação	(X) artigo
(X) especialização	(.....) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(.....) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....) _____

Título do trabalho acadêmico: DESAFIOS DA SAÚDE MENTAL INFANTOJUVENIL NO BRASIL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Nome da orientadora: Sandra Aparecida Zotovici

Data da Defesa: 08/07/2023

Licença não-exclusiva de Distribuição

A referida autora:

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, 8 de julho de 2023.

Assinatura do Responsável

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Lucas Roberto Perucci, meu companheiro de vida, pelo seu apoio nos momentos bons e difíceis. Neste momento em que a família cresce e a Flora está a caminho, uma nova trajetória se abre para nós.

Agradeço à minha orientadora, Sandra Aparecida Zotovici, pelo seu apoio neste projeto.

Agradeço aos professores e tutores do curso, por compartilharem seu conhecimento e dedicação, que foram a base deste processo.

Agradeço à banca, por aceitar o convite e colaborar com esse trabalho.

Por fim, agradeço a todos que colaboraram com esse processo.

RESUMO

Introdução: Este artigo aborda os desafios no campo da saúde mental infantojuvenil no Brasil. O artigo analisa publicações atuais para identificar os principais desafios e serve como ponto de partida para estudos mais amplos nessa área. **Método:** Esta pesquisa se caracteriza como qualitativa, e foi utilizada a revisão bibliográfica no banco de dados da Capes. **Resultados:** Entre 2019 e 2023, foram encontrados 53 artigos, dos quais 14 artigos, publicados entre 2022 e início de 2023, foram selecionados para fins de análise. Observou-se concentração da produção no Estado de São Paulo e com temáticas variadas dentro do campo da saúde mental infantojuvenil. **Conclusão:** Este estudo analisou publicações recentes sobre saúde mental infantojuvenil, identificando desafios relacionados à atuação intersetorial, imigração, racismo, gênero, suicídio, família e contrarreforma do Estado. Foi ressaltada a necessidade de fortalecer a inclusão dessa população na saúde pública e promover a articulação intersetorial para garantir um cuidado adequado.

Palavras-chave: Saúde Mental; Infantojuvenil; Crianças; Adolescentes; Desafios

RESUMEN

Introducción: Este artículo aborda los desafíos en el campo de la salud mental infantojuvenil en Brasil. El artículo analiza publicaciones recientes para identificar los principales desafíos y sirve como punto de partida para estudios más amplios en esta área. **Método:** Esta investigación es de naturaleza cualitativa y se realizó una revisión bibliográfica en la base de datos de CAPES. **Resultados:** Se encontraron 53 artículos entre 2019 y 2023, de los cuales se seleccionaron 14 artículos para su análisis, correspondientes a 2022 y principios de 2023. Se observó una concentración de producción en el Estado de São Paulo, con diversas temáticas dentro del campo de la salud mental infantojuvenil. **Conclusión:** Este estudio analizó publicaciones recientes sobre salud mental infantojuvenil, identificando desafíos relacionados con la actuación intersectorial, migración, racismo, género, suicidio, familia y contrarreforma del Estado. Se resaltó la necesidad de fortalecer la inclusión de esta población en la salud pública y promover la articulación intersectorial para garantizar una atención adecuada.

Palabras clave: Salud Mental; Infantojuvenil; Niños; Adolescentes; Desafíos

ABSTRACT

Introduction: This article addresses the challenges in the field of child and adolescent mental health in Brazil. The article analyzes recent publications to identify the main challenges and serves as a starting point for further studies in this area. **Method:** This research is characterized as qualitative and employed a bibliographic review using the CAPES database. **Results:** Between 2019 and 2023, 53 articles were found, with 14 articles selected for analysis from 2022 and early 2023. There was a concentration of production in the state of São Paulo, covering various themes within the field of child and adolescent mental health. **Conclusion:** This study analyzed recent publications on child and adolescent mental health, identifying challenges related to intersectoral action, immigration, racism, gender, suicide, family, and state healthcare reform. The need to strengthen the inclusion of this population in public health and promote intersectoral coordination to ensure adequate care was emphasized.

Keywords: Mental Health; Child and Adolescent; Children; Adolescents; Challenges

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Fases da coleta e da análise dos artigos	16
Quadro 2 – Artigos selecionados para análise	37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidade de artigos publicados por ano	17
Tabela 2 - Estados onde foram realizadas as pesquisas	18
Tabela 3 – Divisão dos artigos por temáticas.....	18

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. A SAÚDE MENTAL INFANTOJUVENIL NO BRASIL	13
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	15
4. RESULTADOS	17
5. OS DESAFIOS DA SAÚDE MENTAL INFANTOJUVENIL	25
5.1 SAÚDE MENTAL INFANTOJUVENIL E A INTERSETORIALIDADE	25
5.2 SAÚDE MENTAL RELACIONADA AO RACISMO E À VIOLÊNCIA DE GÊNERO	27
5.3 SAÚDE MENTAL, A MIGRAÇÃO E OUTROS DESAFIOS	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	322
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	333
APÊNDICES	36
APÊNDICE A – Quadro 2 – Artigos selecionados para análise	37

1. INTRODUÇÃO

Este artigo, que faz parte dos requisitos para conclusão do curso de Especialização em Gestão em Saúde, visa a apresentar um panorama sobre desafios no campo da saúde mental infantojuvenil brasileira; para tanto, a metodologia escolhida foi a revisão de literatura. A fim de analisar as principais questões nesse campo de conhecimento, é imprescindível, inicialmente, direcionar a atenção para a política de saúde brasileira. Além disso, é relevante ressaltar que a construção das políticas de saúde mental no Brasil se entrelaça com a trajetória das lutas em prol do Sistema Único de Saúde (SUS), ou seja, do direito à saúde.

No contexto brasileiro, a partir da Constituição de 1988, observa-se a formação do Estado brasileiro como um Estado de direito, embora apresente suas contradições, principalmente na dificuldade da efetivação desses direitos. Nesse período, surgem diversas resistências ao desenvolvimento de um projeto neoliberal no país; o Sistema Único de Saúde (SUS) também se destaca como uma dessas resistências ao movimento neoliberal que estava em expansão mundial nos anos de 1990. Desse modo, o SUS está entre as principais políticas públicas redistributivas de alcance nacional que surgiram dentro das lutas pela redemocratização do Brasil. Ainda assim, há muito no que se avançar, não é possível dizer que o SUS está totalmente consolidado no país (SANTOS, 2020).

Dessa forma, concomitantemente à luta pelo direito à saúde e inspirado também por uma crítica internacional às instituições psiquiátricas, que pode ser exemplificada pela experiência da cidade de Trieste, na Itália, onde foram construídas residências para que os usuários pudessem viver de forma autônoma, além de centros de saúde abertos 24 horas e outros dispositivos de cuidado fora dos muros do hospital psiquiátrico, cresceu no Brasil o movimento da luta antimanicomial, que teve suas raízes no Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental (MTSM) (AMARANTE, 1995).

É relevante ressaltar que a política pública de saúde mental no Brasil encontra-se atualmente orientada pela Lei Federal n.º 10.216 de 2001 (BRASIL, 2001) e baseada nos direitos humanos. Hoje, é fundamentada em cuidados prestados em serviços comunitários e com enfoque territorial, mas há uma

disputa pela preservação das antigas modalidades de atenção, em que o isolamento das pessoas com sofrimento mental era hegemônico.

A Portaria 336, de 2002, estabelece as diferentes modalidades de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), que são serviços ambulatoriais de atenção diária. Entre elas, encontra-se o CAPS infantojuvenil (CAPSi), dirigido a crianças e adolescentes com transtornos mentais graves e persistentes, entre eles, o uso de álcool e outras drogas. O CAPSi, segundo essa Portaria, deve contar com uma equipe multiprofissional e realizar atendimentos individuais, em grupos, oficinas, visitas domiciliares, além de participar e/ou promover atividades comunitárias relacionadas à saúde mental desse público, entre outras ações (BRASIL, 2002).

Os CAPS representam a base da substituição do antigo modelo manicomial. No âmbito da saúde mental, o Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil (CAPSi) desempenha um papel central, principalmente em relação ao seu trabalho no território, e de forma intersetorial, considerando o público infantojuvenil como sujeitos com voz e que podem falar sobre seu processo de adoecimento. Sendo assim, afasta-se de concepções que datam do início do século XX, em que a assistência à população infantojuvenil estava vinculada a uma lógica higienista e tutelar, proveniente do campo da filantropia, que, em muitos momentos, institucionalizava o cuidado e criminalizava a pobreza (BRASIL, 2005).

Assim, estamos em um momento pós-implantação de uma nova política de Saúde Mental, datada de 2001/2002, ou seja, mais de vinte anos após da Reforma Psiquiátrica (BRASIL, 2001). Dessa forma, a proposta deste artigo é apresentar um panorama dos principais desafios da Saúde Mental Infantojuvenil, elencados em pesquisas publicadas no ano de 2022 e início de 2023, colaborando para uma reflexão sobre as principais questões enfrentadas nessa mudança de paradigma nos últimos vinte anos. As referências principais perpassam autores que exploram a trajetória histórica da saúde mental brasileira e aqueles que realizam o enfoque na atuação no campo da saúde mental infantojuvenil.

A análise consiste em um olhar para as publicações mais recentes presentes na plataforma da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e os desafios elencados foram identificados a partir das

principais temáticas levantadas por meio dessa revisão. Portanto, embora seja um panorama conciso, pode estabelecer pontos de partida para um estudo mais abrangente nesse campo de conhecimento.

2. A SAÚDE MENTAL INFANTOJUVENIL NO BRASIL

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948) versa sobre a igualdade e liberdade em direitos de todos os seres humanos, construída em um contexto pós a Segunda Guerra Mundial (CUNHA, 2017; TEDESCHI et al., 2014). Em seu artigo cinco, a Declaração estabelece que ninguém deveria ser submetido a tratamentos desumanos, como a tortura (ONU, 1948). Dessa forma, as premissas contidas nesse documento estão em consonância com estratégias de novos modelos de cuidado em Saúde Mental, que não envolvem o isolamento e tratamentos degradantes das pessoas em sofrimento mental. Essas abordagens também datam da segunda metade do século XX.

A Reforma Psiquiátrica brasileira foi influenciada pela experiência italiana, que não apenas propunha o fim do manicômio, mas também questionava o conjunto de saberes que o sustentava (AMARANTE, 1995). No Brasil, esse processo de transformações contou com a participação dos trabalhadores da saúde, usuários e familiares. No início dos anos 2000, ocorreram marcos significativos no estabelecimento e na institucionalização de um novo modelo assistencial.

A Lei Federal n.º 10.216 de 2001 estabelece as disposições sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, bem como redireciona o modelo assistencial em saúde mental no país (BRASIL, 2001). As portarias publicadas nos anos subsequentes forneceram diretrizes para a progressiva efetivação gradual da extinção dos manicômios. Um exemplo é o Programa de Volta para Casa, de 2003, que oferece auxílio às pessoas que passaram por longas internações (BRASIL, 2003). Outro exemplo foi a regulamentação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), em suas diversas modalidades, que visam a atender adultos, crianças e usuários de álcool e outras drogas (BRASIL, 2002). Além disso, foram criados programas direcionados à população em situação de rua, como o Consultório de Rua (BRASIL, 2010), que, embora faça parte da atenção básica, atua com a população que, em muitos

casos, apresenta adoecimentos relacionados às dependências e/ou sofrimento mental.

Em relação aos direitos das crianças e dos adolescentes, um marco fundamental é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990). Nesse documento, são reconhecidos como sujeitos de direitos, resultado de um amplo processo em prol da democracia no país, que culminou na nossa constituição (BRASIL, 2005), documento no qual a saúde passou a ser compreendida como um direito de todos os cidadãos.

No que se refere à saúde mental infantojuvenil, é importante ressaltar que houve uma mudança de paradigma desde o início do século XX. Anteriormente, prevalecia uma lógica tutelar e filantrópica, na qual o Estado não assumia a responsabilidade por essa população:

O discurso hegemônico sobre a importância da criança na organização da sociedade republicana não teve como correspondente a tomada de responsabilidade do Estado que, por outro lado, oficializava o modelo em curso e a concepção da criança a ser assistida: a deficiente social (pobre), deficiente mental e deficiente moral (delinqüente).
(BRASIL, 2005, p. 8)

Assim, a partir das transformações ocorridas no processo de democratização, avanço de direitos com reconhecimento das crianças e adolescentes como cidadãos, além do avanço do novo modelo assistencial em saúde mental, ampliou-se a concepção do que deve ser considerado no cuidado, levando em conta outras dimensões dos indivíduos, tais como os aspectos sociais, psíquicos e biológicos (BRASIL, 2014).

Existiram algumas dificuldades de inclusão da agenda dessa população na área da saúde mental. Um primeiro fator pode estar relacionado à diversidade das problemáticas enfrentadas, que vão desde transtornos globais do desenvolvimento até o uso de álcool e outras drogas. Outro fator é que apenas recentemente se compreende o prejuízo na vida adulta de transtornos mentais quando ocorreram na infância ou adolescência. Um terceiro fator era a escassez de evidências empíricas de qualidade sobre a eficácia de tratamentos nessa fase do desenvolvimento. Por fim, havia a dificuldade de incluir esse setor no campo da saúde pública, devido à natureza singular desse cuidado, que necessita, entre

outras demandas, de uma articulação intersetorial (COUTO, 2008).

Para se obter um panorama dos desafios atuais do campo da saúde mental infantojuvenil, optou-se por realizar uma revisão dos artigos mais recentes; o processo metodológico será explicado a seguir.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa se caracteriza como qualitativa, ou seja, dedica-se ao estudo do universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, abordando uma dimensão mais profunda das relações, processos e fenômenos (MINAYO, 2001).

Para este estudo, foi adotado o método de Revisão de Literatura, que consiste no levantamento e análise do que já foi publicado sobre o tema e o problema de pesquisa selecionados. Essa abordagem possibilitará mapear quem já produziu estudos e o que já foi escrito acerca do tema e/ou problema da pesquisa (SILVA et al., 2001). Optou-se pela revisão integrativa, caracterizado por Mendes et al. (2008) da seguinte maneira:

Este método de pesquisa permite a síntese de múltiplos estudos a respeito de uma particular área de estudo.
(MENDES et al., 2008, p. 759)

Para tanto, seguiram-se as etapas norteadoras: 1) elaboração da pergunta norteadora, 2) busca ou amostragem na literatura em base de dados, 3) coleta de dados e, por fim, 4) análise crítica dos estudos incluídos (SOUZA et al., 2010).

Para esta pesquisa, foi utilizado o portal da CAPES, que é uma fundação do Ministério da Educação, por meio de busca no seu portal de periódicos, abrangendo o período de 2022 e parte de 2023. Para tanto, foram utilizadas as palavras-chave, em “Buscar Assunto”: saúde mental infantojuvenil. Essa temática, no buscador do próprio portal, associou-se com outros assuntos, como: *mental health*, saúde mental, *child, psychology, multidisciplinary*, adolescente, *psychology, human, health care sciences e services, education e education research*, família, adolescente, saúde do adolescente, *nursing, Brazil*,

adolescentes, *public, environmental e occupational health, family, adolescent behavior* e criança(s). A partir da leitura dos resumos, foram elencados os textos que foram utilizados para análise.

O período selecionado para análise dos artigos foi de 2022 até a data em que se realizou o levantamento, dia seis de maio de 2023. No entanto, para se ter um panorama quantitativo das publicações, foi realizada a seleção de artigos desde 2019, para um levantamento prévio. Segue o Quadro 1, que explica as fases da coleta:

Quadro 1 – Fases da coleta e da análise dos artigos

1ª Fase	Total
Pesquisa portal de periódicos (Capes)/2019-2023	97 artigos
Leitura dos Resumos	53 artigos
2ª Fase	
Seleção Artigos mais recentes/2022-2023	14 artigos
Leitura dos Artigos/Classificação/Análise	14 artigos

Em um primeiro momento, foi realizada a busca do período de 2019 a seis de maio de 2023, o que totalizou 97 artigos (2019 a 2023 – pesquisa realizada em 06-05-2023).

Foram lidos todos os resumos e eliminados os artigos que fugiam da temática, e/ou que tinham enfoque em uma abordagem ou perspectiva profissional específica e/ou a partir da educação, e não da saúde. Apesar de o resultado total da busca serem 97 artigos, é importante ressaltar que alguns artigos apareciam de forma repetida e um dos selecionados a partir do levantamento no portal datava de 2013 – apesar da restrição temporal da pesquisa no banco de dados da Capes, sendo assim, foi eliminado da análise. No total, foram 53 artigos entre 2019 e parte de 2023, e 14 pesquisas entre 2022 e 2023.

4. RESULTADOS

É possível notar que houve um aumento de publicações a partir de 2019, no entanto, em 2023, a pesquisa foi realizada no início de maio, dia seis, o que não possibilita uma análise comparativa com os anos anteriores (Tabela 1). Um artigo, que aborda o acesso à saúde mental do ponto de vista dos profissionais do CAPSi e sua repercussão nas Conferências de Saúde (CUBAS et al., 2021), foi aceito em 2022, mas na data de publicação/referência está citado como 2021, assim, optou-se por retirá-lo da análise dessa revisão, compreendendo que houve uma publicação retroativa.

Tabela 1 – Quantidade de artigos publicados por ano

Ano de Publicação	Quantidade
2019	9
2020	14
2021	16
2022	13
2023/Abril	1
TOTAL	53

Fonte: Elaboração da Autora (2023)

Para fins de análise, foram selecionados somente os artigos mais recentes, do período de 2022 e 2023, sendo classificados a partir da modalidade de pesquisa e temática abordada. Sobre a temática, a partir dela, foram apresentados os principais desafios que os artigos levantaram para a saúde mental infantojuvenil brasileira.

As pesquisas foram realizadas principalmente no estado de São Paulo, seis artigos com estudos nessa região foram publicados, seguido do Rio Grande do Sul, com três artigos. E um artigo foi publicado sobre pesquisas realizadas em cada um dos estados de Santa Catarina, Paraíba, Pará, Bahia e Pernambuco (Tabela 2). Assim, fica evidente que, pelo menos nesse período, a produção sobre essa temática ficou concentrada em São Paulo e na região Sul do país, representados pelos estados de Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Tabela 2 - Estados onde foram realizadas as pesquisas

Estado	Quantidade
São Paulo	6
Rio Grande do Sul	3
Santa Catarina	1
Paraíba	1
Pará	1
Bahia	1
Pernambuco	1
Total	14

Fonte: Elaboração da Autora (2023)

Sobre as temáticas dos catorze artigos selecionados, mostraram-se muitas variadas (Tabela 3), sendo as mais presentes a questão da intersectorialidade, família, racismo e a perspectiva dos profissionais em relação ao tema da violência sexual, concepções de infância e concepção de crise. As temáticas sobre suicídio, contrarreforma do Estado, imigrantes, foram abordadas cada uma por um artigo.

Tabela 3 – Divisão dos artigos por temáticas

Temática	Subtemática	Quantidade
Intersetorialidade	Atenção Básica	2
	Educação	1
Família	Concepção sobre CAPSi	1
	Práticas Parentais	1
	Concepção sobre Adolescência e Transtorno Mental	1
Perspectiva dos Profissionais	Concepção de Crise	1
	Concepção de Infância	1
	Violência Sexual	1
Racismo		2
Suicídio		1
Contrarreforma do Estado		1
Imigrantes		1
Total		14

Fonte: Elaboração da Autora (2023)

No que se refere à temática da intersetorialidade, ou seja, sobre a atuação dos equipamentos de saúde mental em conjunto com outras áreas, foram identificados três artigos que dialogam com as diretrizes de documentos oficiais, tais como do Ministério da Saúde, que embasa e orienta sobre o cuidado em rede (BRASIL in FERNANDES et al., 2022). Dentre os três artigos, dois tratavam da relação com a atenção básica à saúde e um com a educação.

O artigo intitulado “A saúde mental infantojuvenil na atenção básica à saúde: da concepção às perspectivas para o cuidado” (FERNANDES et al., 2022) aborda a compreensão da saúde mental nos serviços de atenção básica, com o intuito de refletir sobre estratégias que aproximem os trabalhadores dessa área a essa temática, visando qualificar o cuidado. Foi constatada a falta de afinidade devido à escassez de conhecimento em saúde mental infantojuvenil, além da necessidade da educação continuada e permanente, que proporcione oportunidades para discussão e reflexão. Além disso, há pouca experiência com essa população.

A questão da capacitação dos profissionais também é abordada no estudo sobre educação (SILVA et al., 2022a). Além disso, ressalta-se a importância de proporcionar espaços, para os professores, de escuta e cuidado, com a finalidade de que esses profissionais se sintam capazes de cuidar, ouvir e significar o sofrimento de crianças e jovens.

Apesar de as ações intersetoriais poderem direcionar a construção de projetos comuns, na prática, observam-se apenas diálogos pontuais. Além disso, nessa pesquisa, foi verificado que a escola também deve ser considerada uma instituição que necessita de cuidado. De maneira geral, as escolas encaminham crianças ou adolescentes na espera de um diagnóstico que justifique comportamentos e dificuldades de aprendizagem, como se essas dificuldades fossem somente de natureza individual (SILVA et al., 2022a).

O que foi constatado no outro artigo sobre a relação com a atenção básica (NUNES et al., 2023), mas que pode ser estendido a outras áreas, como a educação, é a importância de diálogos e encontros periódicos que possibilitem uma ação coletiva em relação às necessidades individuais da criança ou adolescente em questão.

A partir da perspectiva da família, um dos artigos explorou a visão dessa sobre a adolescência, os transtornos mentais e a relação com o CAPSi, e como

essas interpretações podem influenciar a adesão ao tratamento. Nos discursos, houve o reconhecimento sobre a importância dos serviços de saúde mental e a corresponsabilização do cuidado do adolescente entre família e CAPSi (LOPES et al., 2022).

Outra pesquisa sobre a visão da família levou em consideração a representação social desta sobre o CAPSi no sertão de Pernambuco. A representação social foi conceituada como “sistema de valores, ideias e práticas” (MASCOVICI in SILVA et al., 2022b). Os familiares destacaram a importância do acolhimento, de ter um local de apoio que sirva de referência e que permita às crianças convívio social. Esse estudo também ressaltou a importância da escola, que, além de contribuir no processo de aprendizagem, pode auxiliar na inserção social (SILVA et al., 2022b).

Ainda em relação ao tema sobre a família, um artigo abordou as práticas parentais (MENEZES et al., 2022) de pais de jovens com encaminhamento para o CAPSi por queixas de problemas de comportamento agressivo e/ou uso de substâncias psicoativas, e de não encaminhados. As práticas parentais são estratégias que orientam o comportamento dos filhos e também envolvem hábitos, como expressão de afeto e apoio emocional (GOMIDE in MENEZES et al., 2022). O estudo demonstrou práticas parentais positivas, como compreender sobre rotina e as amizades dos filhos. Além de se preocupar com o comportamento moral, colaboram para prevenir o uso de substâncias psicoativas e encaminhamentos para serviços de saúde mental. Além disso, indica a importância de investir em estratégias em educação parental, fortalecendo as práticas parentais positivas (MENEZES, 2022).

Dos artigos que consideram a perspectiva dos profissionais que atuam com a questão da saúde infantojuvenil, foram selecionados três, abordando temáticas distintas: um trata sobre como a violência sexual afeta o desenvolvimento infantojuvenil, enquanto os outros dois tratam sobre concepções de crise e infância.

A pesquisa sobre as concepções de nove profissionais da psicologia que atuavam nos CAPSi no Rio Grande do Sul sobre a infância (GUAZINA et al., 2022) constatou que a maioria deles tinham uma visão idealizada sobre período, o que pode resultar no risco de afirmar que, nessa fase, não ocorrem sofrimentos e adoecimentos que necessitam de cuidado especializado. Isso se afasta das

premissas da política de saúde mental, que considera a criança como sujeito desejante, com direitos e deveres (BRASIL in GUANIZA et al., 2022). Na pesquisa, também foi apontada a dificuldade de diálogo com as escolas, que frequentemente encaminham crianças e adolescentes já com o diagnóstico para equipamentos especializados, como o CAPSi, muitas vezes devido à dificuldade de lidar com comportamentos na sala de aula. Além disso, o estudo apresenta um debate sobre a medicalização e a estratégia GAM (Gestão Autônoma de Medicação), que colabora para reflexões dos sujeitos sobre sua relação com os medicamentos (GUANIZA et al., 2022).

Ainda em relação às perspectivas dos profissionais, neste caso, gestores e trabalhadores do CAPSi do município de São Paulo, o artigo “Da crise psiquiátrica à crise psicossocial: noções presentes nos Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenis” (MOURA et al., 2022) apresentou um panorama sobre as concepções em relação ao entendimento da crise. Foram identificadas duas noções principais, que em alguns discursos se manifestam de forma simultânea: de crise psiquiátrica e de crise psicossocial. A primeira está relacionada com a intensificação de sintomas psiquiátricos, e individualiza e reduz o fenômeno. Por outro lado, a perspectiva psicossocial compreende a crise de uma forma que reconhece outras dimensões e aspectos sociais que a compõem, dissociando aspectos individuais e coletivos. Foi ressaltado, por exemplo, que dificuldades no ambiente escolar, seja na aprendizagem ou na socialização, podem ser consideradas crises. Além disso, a questão da interseccionalidade surgiu como outra dimensão que pode causar sofrimento, como sentimento de inadequação entre gênero e sexo, a relação entre sexualidade e religião, entre outros aspectos.

O último artigo selecionado aborda a percepção dos profissionais da área da saúde em relação a aspectos do desenvolvimento infantojuvenil de vítimas de violência sexual. Essa pesquisa foi realizada em um hospital-escola na Bahia, com uma equipe multiprofissional. A maioria dos casos citados estavam relacionados a meninas. Além disso, as participantes ressaltaram a inocência das vítimas, especialmente quando se tratava de crianças. Por outro lado, os casos das adolescentes, quando essas eram semelhantes a mulheres adultas, eram invisibilizados, como possível consequência da naturalização da violência contra mulheres (CONCEIÇÃO et al., 2022).

O estudo também destacou a importância da educação sexual e da educação em saúde como formas de empoderamento e autonomia de crianças e adolescentes diante de situações de violações de direito. Segundo o relato das profissionais que participaram desse estudo, a maioria das vítimas eram pré-púberes, possuindo corpos semelhantes aos infantis e não demonstravam amadurecimento emocional/sexual. Esses fatores podem ter tornado essas vítimas mais vulneráveis à violência sexual (CONCEIÇÃO et al., 2022).

Os artigos que abordaram como temática central o racismo foram dois. O primeiro estudo baseou-se em entrevistas com profissionais do CAPSi na Zona Norte da cidade São Paulo, além de dados dos prontuários. De acordo com a política pública de saúde mental vigente, em que os CAPSi foram criados como uma modalidade específica de atendimento para a população infantojuvenil, os autores compreenderam esse espaço como um dispositivo de cidadania que pode enfrentar iniquidades sociais (CANDIDO et al., 2022).

Em relação aos dados dos prontuários, a pesquisa constatou que cerca de 27% dos prontuários constatarem relatos de violência. Dos 220 prontuários pesquisados, 160 não apresentavam dados sobre esse aspecto. As violências identificadas foram principalmente de natureza psicológica (54%), seguidas de violência física (23%), abuso sexual (14%) e maus-tratos em geral (9%). Especificamente sobre racismo, nove crianças/adolescentes foram identificadas como vítimas no ambiente escolar. Nas entrevistas, foi constatado que há possíveis casos de racismo da população atendida no CAPSi, porém, os profissionais não reconheceram que deveriam notificar o racismo como uma forma de violência e um possível determinante da saúde, capaz de causar sofrimento. O estudo apontou fragilidades nos dados dos prontuários, o que é um indicador importante, pois estes têm a função de garantir a continuidade do cuidado e poderiam evidenciar situações de racismo (CANDIDO et al., 2022).

O outro trabalho, que tinha como foco o racismo, abordou os processos de cuidado direcionados à população infantojuvenil em relação ao sofrimento causado por essa discriminação. O estudo enfocou as ações de uma equipe de um CAPSi localizado na Zona Norte da cidade de São Paulo. Foi ressaltada, pelos profissionais, a importância de eventos que consideram a cultura afro, como atividades realizadas durante o mês de novembro, dedicado à consciência negra, além de oferecerem atividades recreativas, livros, rodas de conversa

relacionados a esse tema, e brinquedos, como bonecas negras (BARROS et al., 2022).

O artigo apresenta que os relatos sobre racismo apareceram em atendimentos individuais. Além disso, alerta para o risco de interpretar todas as ações das pessoas negras como expressão de sua racialidade, impondo comportamentos e categorias preestabelecidos e construídos socialmente. Por exemplo, em um dos relatos, inferiu-se que uma paciente negra se identificou com uma profissional loira, por não aceitar sua própria aparência. O artigo apontou também que as ações intersetoriais ocorreram de maneira pontual, embora a maioria das situações vivenciadas de racismo aconteça nas ruas, com a polícia e nas escolas, sendo este último local onde a ocorrência de discriminação racial é mais evidente (BARROS et al., 2022).

A temática do suicídio foi abordada em um artigo, no qual o enfoque foram os adolescentes de uma cidade localizada no extremo sul do país. A pergunta orientadora foi: “Quais motivos são atribuídos às tentativas de suicídio pelos adolescentes?”. Nove dos dez adolescentes que participaram identificaram-se como do gênero feminino, e um como não-binário. Os adolescentes identificaram o suicídio como uma alternativa para resolver seus problemas e cessar a dor interna, questões relacionadas com diversos desencadeadores, tais como mudanças abruptas na vida, conflitos e perdas de familiares, além das violências físicas e sexuais (SIMÕES et al., 2022).

O artigo que aborda a temática sobre Contrarreforma do Estado recebe o título “Trabalhando com o mínimo: a saúde mental infantojuvenil no estado da Paraíba” (SILVA et al., 2022c), foi publicado na Revista de Serviço Social da UERJ. O referido artigo trata do impacto da contrarreforma do Estado nos CAPSi. A contrarreforma é caracterizada como medidas neoliberais de contenção das crises econômicas, em que há uma regressão dos direitos sociais (BEHRING in SILVA et al., 2022c), incluindo o direito à saúde.

Para tanto, a pesquisa utilizou entrevistas com nove profissionais de três CAPSi das três mesorregiões da Paraíba: Sertão, Agreste e Região da Mata. As temáticas centrais abordadas foram a questão do baixo financiamento à saúde, a precariedade das estruturas físicas e a equipe multiprofissional defasada. Em relação ao baixo financiamento, isso pode impactar os serviços, resultando em situações nas quais os profissionais utilizam recursos próprios para a realização

de atividades nos equipamentos. Além disso, a estrutura física também pode ser afetada, pois os CAPSi, em algumas ocasiões, são direcionados a locais temporários inadequados e há falta de equipamentos, como aparelhos de ar-condicionado. Por fim, destacou-se a questão das equipes multiprofissionais, nas quais, apesar do aumento das demandas, não há uma expansão adequada da equipe para suprir as necessidades dos usuários. Assim, há a compreensão de que, sem condições objetivas, não é possível a implementação de uma política de saúde mental infantojuvenil de maneira efetiva (SILVA et al., 2022c).

Por fim, o artigo que se refere à população imigrante (JOIA et al., 2022) pesquisou especificamente a população boliviana na cidade de São Paulo. Embora outras nacionalidades estejam presentes no território nas proximidades do CAPSi estudado, é importante ressaltar que ainda concentra uma das maiores populações da comunidade boliviana naquela cidade. A análise partiu de grupos específicos dirigidos do CAPSi a essa população, de crianças e familiares imigrantes, mas destacou-se que outros dispositivos de cuidado, como oficinas com não migrantes e atendimentos individuais, também poderiam ser oferecidos a eles.

Uma das maiores demandas apresentadas são o atraso do desenvolvimento de fala e interação precária das crianças, sinais frequentemente associados ao diagnóstico de autismo. Uma possível hipótese levantada para essas questões pode ter relação com a limitação de contato constante com as crianças nas fases iniciais de vida. Isso está relacionado ao trabalho extenuante, principalmente relacionados com a indústria têxtil. É importante ressaltar que a pesquisa não dirige a culpa aos pais, mas problematiza como o modo de produção capitalista também pode influenciar nos adoecimentos dessas crianças (JOIA et al., 2022).

O estudo também relata a potencialidade desse grupo, no qual os familiares solicitavam colaboração para mediação com outras instituições, como facilitar matrícula em creches, por exemplo. Outro ponto destacado foi a demanda por laudos de autismo, pois esses possibilitam acesso preferencial a direitos e serviços. No entanto, é necessário problematizar e se preocupar com a patologização da imigração, uma vez que, em diversos estudos, o número de diagnóstico de autismo nos filhos de imigrantes é maior do que da população no geral (JOIA et al., 2022).

5. OS DESAFIOS DA SAÚDE MENTAL INFANTOJUVENIL

A revisão anterior fornece indícios das principais temáticas desenvolvidas nos artigos no período selecionado de 2022 e início de 2023. Os desafios dentro do campo da saúde mental infantojuvenil são diversos, e essa variedade de temáticas pode estar relacionada a isso. Na sequência, são apresentadas reflexões sobre algumas das temáticas abordadas pelos artigos e de relevância para esse campo.

5.1 SAÚDE MENTAL INFANTOJUVENIL E A INTERSETORIALIDADE

A questão da intersectorialidade, por exemplo, é um aspecto central quando se trata da complexidade da saúde mental, sendo tema central de três artigos (FERNANDES et al., 2022; SILVA, et al., 2022a; NUNES et al., 2022). Além disso, essa questão também foi mencionada em outros estudos que não a tratavam como tema principal, como no estudo em que profissionais de um CAPSi relataram encaminhamentos inapropriados da escola (GUANIZA et al., 2022), no artigo que ressaltou a importância da educação sexual (CONCEIÇÃO et al., 2022), no qual as escolas podem ser parceiras na prevenção de situações de violência sexual. Por fim, houve o estudo sobre racismo, no qual se destacou a importância de ações intersectoriais, já que as situações envolvendo racismo, em sua maioria, ocorreram fora dos equipamentos de saúde mental, com destaque para o espaço escolar, sendo citado pelos dois artigos que tratam desse tema (BARROS et al., 2022; CANDIDO et al., 2022).

O documento intitulado “Atenção Psicossocial a crianças e adolescentes no SUS: tecendo redes para garantir direitos” (BRASIL, 2014), elaborado pelo Ministério da Saúde, aborda algumas diretrizes importantes para esse campo, incluindo a questão da intersectorialidade, que deve ser considerada na perspectiva da complexidade das intervenções em saúde mental:

O reconhecimento de uma dívida histórica por parte da saúde mental pública para com esta população [de crianças e adolescentes], aliado à constatação de uma dispersão da assistência por diferentes setores públicos, principalmente os da assistência

social, educação, saúde geral, justiça e direitos, fez da intersectorialidade um ponto de partida para implantação e gestão da saúde mental infantil, invertendo o processo comum a outras políticas públicas nacionais que chegam a ela depois de terem percorrido alguns caminhos e avaliado a pouca efetividade dos resultados alcançados. (COUTO et al. in BRASIL, 2014)

É importante resgatar que o objetivo primordial do trabalho com a população infantojuvenil que demanda cuidado em saúde mental é a inclusão social e garantir os direitos (BRASIL, 2014), mas é importante considerar que essa inserção muitas vezes é afetada por uma série de diversas violações, a exemplo do racismo. Nessa revisão, tornou-se evidente a importância da parceria com as escolas, pois elas representam um local estratégico tanto para as crianças como para os adolescentes, já que essa população, em sua maioria, frequenta esse ambiente e pode ter acesso a informações relacionadas ao seu cuidado em saúde, incluindo questões como a sexualidade. Além disso, é crucial capacitar e oferecer escuta aos professores que frequentemente não se sentem preparados para lidar com as diversas situações que vivenciam na escola (SILVA et al., 2022a).

Ainda dentro da temática da intersectorialidade, destaca-se a importância da articulação periódica entre a atenção básica e os serviços especializados, como os CAPSi (NUNES et al., 2022), bem como a necessidade de capacitação de seus profissionais (FERNANDES et al., 2022). A Atenção Básica faz parte da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), que visa a ampliar o acesso da população à saúde mental, além de promover a vinculação dos usuários e suas famílias dessa modalidade de serviço aos pontos de atenção/apoio e garantir a articulação entre eles. Esses pontos na RAPS são a Atenção Básica, a Atenção Psicossocial Estratégica (CAPSs), Urgência e Emergência (como SAMU e UPAs), Atenção Hospitalar (leitos de Saúde Mental em Hospitais Gerais, não são os Hospitais Psiquiátricos), Atenção Residencial de caráter transitório e Serviços residências terapêuticos, como estratégias de desinstitucionalização e estratégias de reabilitação, como iniciativas de trabalho e renda (BRASIL, 2014).

O papel da Atenção Básica na RAPS é estratégico, uma vez que está mais próximo das famílias, do local de residência e até mesmo das escolas e outros espaços de convivência das crianças e adolescentes. No contexto da

saúde pública brasileira, a Atenção Básica é a ordenadora de cuidado, estando presente por todo território nacional (BRASIL, 2014). Sendo assim, é a porta de entrada para as diversas demandas em saúde, inclusive da saúde mental infantojuvenil.

5.2 SAÚDE MENTAL RELACIONADA AO RACISMO E À VIOLÊNCIA DE GÊNERO

A questão do racismo foi abordada em dois artigos (BARROS et al., 2022; CANDIDO et al., 2022). Além disso, há um artigo que trata sobre violência sexual (CONCEIÇÃO et al., 2022); apesar de esse tipo de violência não ocorrer somente com mulheres, mostra-se de maneira mais predominante nessa população. Observou-se a necessidade de destacar a análise das temáticas de gênero e racismo devido à sua relevância atual e ao imperativo de produções que estabeleçam reflexões sobre esses temas no contexto da saúde mental infantojuvenil. Parte-se da perspectiva de que existem diversos elementos e determinantes sociais que colaboram com o adoecimento mental, como citado, as opressões associadas ao machismo e racismo.

Ao analisar esse processo histórico e como a colonialidade e o racismo foram bases da construção social da América, é inevitável estabelecer relações com os impactos na sociedade atual e a necessidade de ações afirmativas e de reparação por meio de políticas públicas que contribuam para a superação das desigualdades. Essas ações podem abranger desde iniciativas valorizadoras, com o intuito de reconhecer a contribuição cultural dos povos indígenas e negros para a formação da sociedade, até medidas punitivas, com a finalidade de criminalizar práticas de preconceito, e redistributivas, com o objetivo de promover uma distribuição mais equitativa da riqueza do país.

Há três dimensões do racismo que foram destacadas por uma das pesquisas, são elas: racismo pessoal, que provoca o sentimento de superioridade/proatividade e inferioridade/passividade; racismo interpessoal, que pode ser demonstrado em ações/omissões; e racismo institucional, que limita o acesso às políticas públicas e ao poder (WERNECK in CANDIDO et al., 2022).

O racismo continua a afetar as condições concretas de vida das pessoas, mesmo nos dias de hoje. Podemos observar essa realidade na disparidade salarial entre homens e mulheres negros em comparação com homens e mulheres brancos, bem como em questões relacionadas à moradia, entre outros. Além disso, o racismo também influencia a construção da subjetividade e pode levar ao adoecimento. Portanto, o racismo, como relação de poder e sustentação de privilégios, na sua produção de subjetividade, pode levar ao sofrimento psíquico (BARROS et al., 2022; CANDIDO et al., 2022).

Em relação à violência sexual, abordado por um artigo (CONCEIÇÃO et al., 2022), a partir da narrativa dos profissionais, notou-se que a grande maioria dos casos citados eram de meninas e adolescentes do sexo feminino. Essa é uma das formas de violência de gênero que afetam principalmente as mulheres, Rita Segato (2003) defende a tese de que existe um 'mandato de violação', um mandato social em situações em que não é possível estabelecer uma relação de forma consensual, sendo esta obtida por meio de violência, não porque o homem possui poder, mas porque busca obter poder. Os principais perpetradores são pessoas próximas, como destacado por Heleieth Saffioti (2009), e a violência intrafamiliar é uma forma específica de violência. A autora ressalta que essa forma de violência ocorre entre pessoas relacionadas por parentesco, e enfatiza o impacto dessa relação na vítima.

Em relação a essa questão, a pesquisa que abordou as tentativas de suicídio revelou, com base nas participantes do estudo, a maioria das quais eram adolescentes identificadas com o gênero feminino, que muitas delas recorriam ao suicídio como uma forma de escape de situações vivenciadas, incluindo violências físicas e sexuais (SIMÕES et al., 2022).

Dessa forma, o debate sobre raça e gênero também contribui para a discussão sobre a concepção de saúde, especialmente no contexto da saúde mental. Assim, é necessário conceber a saúde a partir de uma perspectiva que compreenda a complexidade e as demandas desses indivíduos, que são influenciados por sua história e pelas intersecções sociais que vivenciam.

5.3 SAÚDE MENTAL, A MIGRAÇÃO E OUTROS DESAFIOS

A questão migratória, apesar de ser trabalhada em apenas um artigo (JOIA et al., 2022), é um tema em ascensão, uma vez que os deslocamentos humanos são contínuos e ocorrem periodicamente, devido a contextos de guerras, desastres naturais, fatores econômicos, entre outros.

O relatório sobre a “Assistência em Saúde Mental à população migrante e refugiada no Brasil” apresentou os resultados do mapeamento de organizações da sociedade civil que prestam assistência em saúde mental e apoio psicossocial a migrantes e a refugiados no país. A pesquisa consultou 53 organizações distribuídas pelo Brasil, que também tinham contato com a Rede de Atenção Psicossocial brasileira (OIM, 2021).

Apesar de o relatório refletir a perspectiva dessas organizações e não dos próprios migrantes e refugiados, ele traz importantes considerações. Entre os principais obstáculos de acesso à rede de saúde mental e atenção psicossocial, foram identificados os seguintes: as barreiras financeiras – incluindo o custo do deslocamento até os serviços –, barreiras linguísticas, desconhecimentos do sistema de saúde, desconhecimento dos direitos da população migrante, questões culturais, falta de profissionais capacitados, além da xenofobia e discriminação (OIM, 2021).

Além disso, quando questionadas sobre as principais dificuldades enfrentadas pelos atendidos, as organizações relataram a dificuldade de integração socioeconômica, com destaque para os migrantes e refugiados negros. Também foi destacada a dificuldade de revalidação de diplomas, o que pode levar à perda de identidade profissional. A falta de autonomia financeira, que pode trazer falta de moradia e insegurança alimentar, impacta diretamente a saúde mental (OIM, 2021).

Outro ponto relevante são as respostas em relação à separação da família que está no país de origem. O impacto à saúde mental é evidente, tanto devido à saudade dos familiares quanto à falta de apoio no país de destino. Por fim, a barreira da língua também se mostra importante, uma vez que as dificuldades linguísticas podem impossibilitar uma intervenção efetiva em casos de falhas na comunicação (OIM, 2021).

A mobilidade humana coloca o indivíduo em situações novas, exigindo um

processo de adaptação constante. Uma das terminologias utilizadas para descrever o adoecimento da população migrante e refugiada é a ‘síndrome de Ulisses’, que seria uma categoria:

...para definir um conjunto de sintomas manifestados por migrantes que se encontram em situações de privação social e incerteza de futuro, além de terem vivido diversas perdas no processo migratório.
(CARVALHO et al., 2018, p. 57)

Alguns estudos demonstram que os refugiados possuem taxa elevada, principalmente em relação ao Transtorno de Estresse Pós-Traumático. Não é evidente nessas pesquisas se a própria migração ou eventos anteriores à migração são os causadores do adoecimento. Por isso, é necessário considerar esses diferentes contextos – o processo de migração em si e os eventos que precedem esse deslocamento –, ao prestar atenção à saúde mental desses indivíduos (CARVALHO et al., 2018).

A perspectiva dos profissionais também foi uma abordagem presente nos artigos (CONCEIÇÃO et al., 2022; GUANIZA et al., 2022; MOURA et al., 2022), demonstrando a importância da capacitação desses para melhor atendimento e acolhimento das demandas da população infantojuvenil, além do papel e da perspectiva da família (LOPES et al., 2022; MENEZES et al., 2022; SILVA et al., 2022), que se mostra essencial para um acompanhamento com suporte.

O convívio com adultos acolhedores colabora no processo de desenvolvimento de crianças e adolescentes. A família é considerada um dos agentes de cuidado, em conjunto com a comunidade e Poder Público, o que não exclui do público infantojuvenil ter autonomia e voz sobre seus processos na saúde (BRASIL, 2014).

Além disso, ao se debater a contrarreforma do Estado (SILVA et al., 2022), são apresentados diversos desafios da Saúde Mental Infantojuvenil brasileira nos últimos anos, entre eles, enfrentar políticas que freiam os direitos sociais, impactando em baixo financiamento, o que pode resultar em equipes multiprofissionais reduzidas e estruturas físicas precárias.

Dessa forma, diante da revisão apresentada, fica evidente a importância da abordagem intersetorial no campo da saúde mental infantojuvenil. A

interligação entre os setores da assistência social, educação, saúde, justiça e direitos, entre outros, é fundamental para enfrentar os desafios e promover a inclusão social e garantia de direitos das crianças e adolescentes. A parceria com as escolas surge como estratégia central, considerando o seu papel estratégico no cuidado e na prevenção de situações de violência sexual. Além disso, a articulação entre a atenção básica e os serviços especializados, como os CAPSi, é essencial para uma abordagem abrangente e efetiva. Nesse contexto, o combate ao racismo e a atenção às demandas da população migrante e refugiada também emergem como questões cruciais a serem abordadas, promovendo a equidade e garantindo uma saúde mental mais inclusiva e sensível às intersecções sociais vivenciadas pelos indivíduos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar os desafios enfrentados na área da saúde mental infantojuvenil no Brasil. Inicialmente, é destacada a importância de compreender a política de saúde brasileira, que está intrinsecamente ligada à trajetória das lutas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e pelo direito à saúde. Embora o SUS seja uma conquista significativa, ainda há muito a avançar na sua consolidação no país.

A luta antimanicomial, inspirada por experiências internacionais, ganhou força no Brasil e contribuiu para o movimento de transformação das instituições psiquiátricas. É possível dizer que a doença mental e as instituições psiquiátricas estão intrinsicamente ligadas às exclusões presentes na sociedade, como questões de classe, gênero, raça/etnia e sexualidade, entre outras. Dessa forma, a luta da Reforma psiquiátrica é mais do que um projeto de desinstitucionalização, mas uma resposta às diversas formas de opressões existentes na sociedade. Essas lutas não se limitam a uma esfera institucional e modernização da psiquiatria, mas sim buscam discutir direitos e cidadania, o que implica na disputa de um novo projeto societário, que está em consonância com os artigos levantados nesta pesquisa.

A política pública de saúde mental no país atualmente é orientada pela Lei n.º 10.216 e baseada nos direitos humanos, com foco em cuidados prestados em serviços comunitários e com uma abordagem territorial. Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) desempenham um papel fundamental na substituição do antigo modelo manicomial, e o CAPS infantojuvenil (CAPSi) é especialmente importante para crianças e adolescentes com transtornos mentais graves e persistentes.

Este estudo buscou analisar as publicações recentes sobre saúde mental infantojuvenil, identificando os principais desafios nessa área, que foram ligadas às temáticas da atuação intersetorial, imigração, racismo, gênero, além de outras questões levantadas, como o suicídio, família e contrarreforma do Estado. Foi identificada, a partir deste trabalho, a necessidade de fortalecer a inclusão dessa população na área da saúde pública e promover a articulação intersetorial para garantir seu cuidado adequado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARANTE, P. **Loucos pela vida: A trajetória da Reforma Psiquiátrica no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.

BARROS, S. et al. Atenção à Saúde Mental de crianças e adolescentes negros e o racismo. **Interface**, Botucatu, v. 26, 2022.

BRASIL. **Lei 8.069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

BRASIL. **Lei 10216 de 6 de abril 2001**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Ministério da Saúde.

BRASIL. **Portaria nº 336, de 19 de fevereiro de 2002**. Ministério da Saúde.

BRASIL. **Lei n.º 10.708, de 31 de julho de 2003**. Institui o auxílio reabilitação para pacientes egressos de internações psiquiátricas 103 (Programa De Volta Para Casa). Ministério da Saúde.

BRASIL. **Caminhos para uma política de saúde mental infanto-juvenil**. 2005. Ministério da Saúde.

BRASIL. **Consultórios de Rua do SUS**. Brasília, 2010. Ministério da Saúde.

BRASIL. **Atenção psicossocial a crianças e adolescentes no SUS: tecendo redes para garantir direitos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

CANDIDO, B. P. et al. O quesito raça/cor no processo de cuidado em centro de atenção psicossocial infantojuvenil. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 56, 2022.

CARVALHO, L. A. et al. Serviços de Saúde Mental para imigrantes e refugiados na cidade de São Paulo: contribuições para um debate. **TRAVESSIA – Revista do Migrante**, ano XXXI, v. 84, set./dez. 2018.

CONCEIÇÃO, M. M. et al. Crianças e adolescentes vítimas de violência sexual: aspectos do desenvolvimento físico e emocional. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 75, supl. 2, 2022.

COUTO, M. C. V. et al. A saúde mental infantil na Saúde Pública brasileira: situação atual e desafios. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, v. 30, n. 4, p. 390-398, dez. 2008.

CUBAS, J. M. et al. Acesso infantojuvenil à saúde mental: do CAPSi às Conferências de Saúde. **Argumentum**, Vitória, v. 14, n. 1, p. 211-228, jan./abr. 2021.

CUNHA, E. P. Direitos humanos do capital: reflexo jurídico e comando da força de trabalho. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 663-696, 2018.

FERNANDES, A. D. S. A. et al. A saúde mental infantojuvenil na atenção básica à saúde: da concepção às perspectivas para o cuidado. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 30, e3102. 2022.

GUAZINA, F. M. N. et al. Infância e práticas de cuidado nos Centros de Atenção Psicossocial à Infância e Adolescência (Capsi). **Revista CES Psicologia**, v. 15, n. 3, set./ dez. 2022.

JOIA, J. H. et al. Dar lugar à palavra: reverberações da clínica com imigrantes bolivianos num CAPS infantojuvenil. **Estilos da Clínica**, v. 27, n. 3, p. 346-363, 2022.

LOPES, A. C. S. et al. Adolescência e saúde mental: a compreensão da família sobre o transtorno mental e sua influência na adesão ao tratamento. **HU Revista**, v. 48, 2022.

MENDES, K. D. S. et al. Revisão Integrativa: Método de pesquisa para a incorporação na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto - Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-64, out./dez. 2008.

MENEZES, H. M.; GOMES, L. B.; NUNES, C. R. O. Parenting practices and referral to a juvenile psychosocial care reference center. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 39, e200143, 2022.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOURA, B. R. et al. Da crise psiquiátrica à crise psicossocial: noções presentes nos Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenis. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 38, n. 11, 2022.

NUNES, C. K. et al. Saúde Mental na Atenção Básica: uma rede rizomática para infância e adolescência. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 13, e8, p. 1-18, 2023.

OIM, Organização Internacional para as Migrações. **Assistência em Saúde Mental à população migrante e refugiada no Brasil**. Organização: Joana Sores Cordeiro Lopes, Isadora da Silveira Stefens, Juliana Nascimento Bueno da Silva, Laís Yumi Nitta, Marina Faleiro, Micheline Gomes Campos da Luz. Brasília: OIM, 2021.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, 10 dez. 1948.

SAFFIOTI, H. **Ontogênese e filogênese do gênero**: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. Série Estudos e Ensaios / Ciências

Sociais / FLACSO-Brasil – p. 1-44, jun. 2009.

SANTIN, S. **Uma busca da Filosofia do Corpo**. Santa Maria: Kynesis, 1989. p. 63-90.

SANTOS, R. O neoliberalismo como linguagem política da pandemia: a Saúde Coletiva e a resposta aos impactos sociais. **Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 1-9, 2020.

SEGATO, R. **Las estructuras elementales de la violencia**. Ensayos sobre género entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. Bernal, Universidad de Quilmes, 2003.

SILVA, E. L. et al. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, C. D. et al. Saúde mental infantojuvenil e a escola: diálogos entre profissionais da educação e da saúde. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. esp. 6, p. 97-108, dez. 2022a.

SILVA, S. M. S. et al. Rotina, possibilidades e desafios familiares de crianças e adolescentes com adoecimento mental acompanhados pelo Centro de Atenção Psicossocial. **Enfermería Actual de Costa Rica**, n. 43, jul./dez. 2022b.

SILVA, S. M. P. et al. Trabalhando com o mínimo: a saúde mental infantojuvenil no estado da Paraíba. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 49, p. 142-158, 2022c.

SIMÕES, É. V. et al. Motivos atribuídos às tentativas de suicídio: percepção dos adolescentes. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 75, suppl. 3, 2022.

SOUZA, M. T. et al. Revisão Integrativa: O que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, jan./mar. 2010.

TEDESCHI, L. A. et al. Os direitos humanos e as questões de gênero. **História Revista**, Goiânia, v. 19, n. 3, 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Quadro 2 – Artigos selecionados para análise

Nome do Artigo	Ano	Revista/Fonte
Saúde mental na Atenção básica: uma rede rizomática para infância e adolescência	2023	Rev. de Enfermagem da UFSM/ Biblioteca Virtual em Saúde
Saúde mental infantojuvenil e a escola: diálogos entre profissionais da educação e da saúde	2022	Saúde Debate/Scielo Brasil
A saúde mental infantojuvenil na atenção básica à saúde: da concepção às perspectivas para o cuidado	2022	Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional/Scielo Brasil
Rotina, possibilidades e desafios familiares de crianças e adolescentes com adoecimento mental acompanhados pelo CAPS	2022	Rev. Electrónica. Enfermería em Costa Rica/Biblioteca Virtual em Saúde
Parenting practices and referral to a juvenile psychosocial care reference center	2022	Psicologia da Saúde/ Scielo Brasil
Adolescência e saúde mental: a compreensão da família sobre o transtorno mental e sua influência na adesão ao tratamento	2022	HU Revista/ Directory of Open Access Journals
Da crise psiquiátrica à crise psicossocial: noções presentes nos Centros de Atenção Psicossocial Infantojuvenis	2022	Cadernos de Saúde Pública/ Scielo Brasil
Crianças e adolescentes vítimas de violência sexual: aspectos do desenvolvimento físico e emocional	2022	Rev. Brasileira de Enfermagem/ Scielo Brasil
Infância e práticas de cuidado nos CAPSi	2022	CES Psicologia/ Scielo Brasil
Atenção à Saúde Mental de crianças e adolescentes negros e o racismo	2022	Interface/ Scielo Brasil
O quesito raça/cor no processo de cuidado em centro de atenção psicossocial infantojuvenil	2022	Rev. De Enfermagem da USP/ Scielo Brasil
Motivos atribuídos às tentativas de suicídio: percepção dos adolescentes	2022	Rev. Brasileira de Enfermagem/PubMed
Trabalhando com o mínimo: a saúde mental infantojuvenil no estado da Paraíba	2022	Rev. da Faculdade de Serviço Social da UERJ/ Alma/SFX Local Collection
Dar lugar à palavra: reverberações da clínica com imigrantes bolivianos num CAPS infantojuvenil	2022	Estilos da Clínica/ Biblioteca Virtual em Saúde